

**Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

Nos Meandros da Cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920.

Maria Luiza Ugarte Pinheiro*

Resumo: O trabalho aqui esboçado se propõe a refletir acerca das múltiplas dimensões do universo do trabalho e dos trabalhadores em Manaus, durante o período de expansão da borracha, dentro de uma visão mais totalizada do viver urbano, incorporando experiências para além das do viver do trabalho operário, recuperando outras dimensões do viver desses trabalhadores. Temos buscado acompanhar outras trajetórias ainda pouco exploradas na escrita da História Amazonense, tentando iluminar experiências sociais concretas, do amplo e diversificado contingente de trabalhadores e de pobres urbanos que se formou na cidade de Manaus durante a República Velha.

Palavras-Chave: História do Trabalho, Trabalhadores, História da Cidade.

Abstract: The article described here has the proposal of reflecting about the multiples dimensions of the labor universe and of the workers in Manaus during the period of rubber expansion inside a more complete vision of the urban living, incorporating experiences that go beyond those of the urban worker's living, retrieving other dimensions of these worker's lives. We have been trying to follow others paths that haven't been explored in writings of Amazonas history yet, trying to illuminate concrete social experiences of the vast and diversified contingent of workers and poor urbans that were gathered in the city of Manaus during the Old Republic.

Keywords: History of Labor, Workers, History of the City

O tema da cidade e do trabalho urbano tem despertado nosso interesse desde o final dos anos 1980, quando passamos a desenvolver as primeiras pesquisas acadêmicas no interior da graduação em História realizada na Universidade Federal do Amazonas. Dessas preocupações, emergiu “*A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*”, dissertação de mestrado defendida em 1997 e mais tarde transformada em livro. (PINHEIRO, 1999).

Foi no processo de pesquisa para a dissertação que, vasculhando a imprensa cotidiana da virada do século XIX para o XX, pudemos perceber uma insistente presença de greves de trabalhadores (cocheiros, catraieiros, estivadores, carroceiros, peixeiros, condutores, etc.) que apareciam nos jornais. Toda a pesquisa estava fortemente calcada na exploração das contradições do universo do trabalho urbano, filtrado, prioritariamente, pela exploração da imprensa amazonense do período e averiguado em consonância com uma perspectiva da História Social Inglesa.

* Universidade Federal do Amazonas. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A pesquisa recebe financiamento (bolsa produtividade) do CNPq.

A riqueza da imprensa como verdadeiros “*arquivos do cotidiano*” nos levaram a investigar no doutorado o processo inicial de desenvolvimento da Imprensa no Amazonas. Daí derivou “*Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1920*”, que abordou o processo formativo do periodismo no Amazonas, analisando suas características gerais e suas principais linhas de força, bem como inquirindo acerca de sua articulação no interior de um contexto social marcado por forte tradição de oralidade, onde nem a escrita e nem mesmo a língua portuguesa se mostravam como hegemônicas. (PINHEIRO, 2001)

Com efeito, associado ao processo migratório fomentado pela economia de exportação da borracha, o surto urbanístico que marcou a virada do século XIX para o XX na Amazônia, projetando Belém e Manaus, instaurou e buscou consolidar um estilo de vida urbana, onde os referenciais estéticos vinculavam-se à chamada *Belle Époque*. Apresentando-se como um dos mais significativos “emblemas da modernidade”, o periodismo amazonense tendeu a reforçar os ideais “civilizatórios” e a crença no progresso material e espiritual patrocinada pela cultura burguesa em expansão.

O adensamento da pesquisa em direção a análise dos processos de produção de representações textuais, buscando afinar-se com os postulados, temas e problemas de uma Nova História Cultural (HUNT, 1992), longe de se afastar do tema inicial, permitiu sua retomada em outras bases. Retomada, contudo, dentro de uma visão mais totalizada do viver urbano, incorporando para além das experiências do viver operário.

Foi à luz dessa trajetória, que estruturamos um novo projeto de investigação que, em verdade, busca muito mais aprofundar as pautas iniciais, que enveredar por outra seara e por novas inquietações. A articulação do tema Cidade & Trabalho enseja reflexões acerca das múltiplas dimensões do universo do trabalho e dos trabalhadores em Manaus, durante o período de expansão da economia de exportação da borracha. Seu enfrentamento pressupõe o registro de aspectos da própria história da cidade que não devem ser desconsiderados. Uma primeira dimensão é o reconhecimento de que o processo de dinamização urbana em Manaus foi relativamente recente, se comparado com a trajetória de outras importantes cidades brasileiras, como Belém, Recife, Salvador ou Rio de Janeiro, cuja estruturação remonta aos primórdios do colonialismo português no Brasil. (Cf: MATOS e SOLLER, 1999).

È somente a partir da década de 1880 que a cidade assume características propriamente urbanas através do incremento populacional e da montagem e funcionamento de serviços urbanos, além da proliferação de atividade comercial ampla e diversificada. Toda essa mudança estrutural deveu-se ao processo de desenvolvimento da produção extrativa da borracha, produto que desde meados do século XIX havia se transformado numa das

matérias-primas mais importantes para a crescente indústria capitalista nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Pressionados pela crescente demanda internacional e beneficiados pelo aumento da arrecadação dos impostos, os governos provinciais e, após 1889, os estaduais, vão assumir como tarefa primordial o fomento da atividade extrativista e a conseqüente garantia do suprimento de borracha para o mercado mundial. Embora a carência endêmica de capitais na região tenha sido atenuada através da atuação direta das firmas internacionais, algumas das quais funcionando como verdadeiras agências de crédito, o obstáculo maior para a ampliação da produção regional persistia: a escassez de mão-de-obra.

Para a resolução dos problemas, os governos locais, associados a empreendimentos privados, passaram a fomentar a imigração de populações nordestinas (em especial de cearenses) assoladas pela grande seca de 1877/78, a maior do século. A montagem da estrutura produtiva dos seringais, embora recorrendo a práticas e técnicas produtivas já estabelecidas na região, alterou significativamente as relações sociais de produção vigentes e, de igual forma, contribuiu para a própria modificação do perfil sócio-cultural do mundo amazônico, consolidando o “caboclo” como o arquétipo do novo homem amazônico, sublimando gradativamente a figura ancestral do indígena.

No âmbito dos seringais, a economia gumífera engendrou um sistema de trabalho extremamente rígido e desumano. A montagem dessa engrenagem espoliativa levou Euclides da Cunha a definir com bastante propriedade o seringueiro como “aquele que trabalha para se escravizar”. (CUNHA, 1999: 40-42).

A dureza da vida nos seringais tem sido erroneamente confrontada com um estilo de vida alegre e “folgazão” atribuído à população manauara. Nossa memória histórica tradicional pouco mencionou, ou mesmo omitiu a dureza das condições de vida e trabalho da maior parte da população local, preferindo registrar os excessos de esnobismo de novos ricos manauaras.

Imagens de seringalistas acendendo charutos com notas de mil réis, famílias mandando suas roupas sujas para serem lavadas em Lisboa tem sido lembradas com insistência por nossos memorialistas. Da mesma forma, comenta-se muito da larga incorporação de hábitos culturais típicos do refinamento burguês europeu, responsável pela imagem de Manaus como uma miniatura de metrópole européia. Assim é que para Genesino Braga, Manaus, “*nascida entre um toque de guerra e um sonho de amor... surgiu para a história com orgulho de metrópole*”. (BRAGA, 1975: 3)

Todas essas imagens, longe de traduzirem a ambiência vivenciada pelo conjunto da população manauara, não passam de extrapolações grosseiras de um estilo de vida muito

particular que dizia respeito a grupos extremamente restritos da elite abastada regional. A “Paris das Selvas” como gostam de chamar até hoje os adeptos dessa perspectiva, afigurou-se, aos olhos de importantes críticos sociais, não como uma cópia em escala de sua “matriz européia”, mas como construção caricata, imperfeita e incapaz de sustentar, mesmo de relance, a comparação pretendida. Euclides condenou-lhe: “*Cidade meio caipira, meio européia, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado o ianque espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca transformada em Grand*”. (CUNHA, 1986: 221).

Ao espelhar-se num longínquo mundo europeizado, as elites locais nada mais faziam que tentar, grosseiramente, disfarçar as marcas do passado indígena regional, que reputavam como atrasado e incompatível com o avanço do progresso cultural e material.

Temos buscado acompanhar outras trajetórias ainda pouco exploradas na escrita da História Amazonense, queremos iluminar experiências sociais concretas, do amplo e diversificado contingente de trabalhadores e de pobres urbanos que se formou na cidade de Manaus durante a República Velha. Construtores anônimos do progresso material da cidade, seus desejos e anseios tendiam a ser desprezados, sua vontade política desconsiderada, seus protestos e reivindicações ignoradas. Mas, sua presença na cidade estava longe de ter sido passiva.

Se no contexto historiográfico regional, a cidade tem sido uma referência freqüente (embora fortemente idealizada), o tema do trabalho urbano sequer é mencionado. Seu enfrentamento tem sido, todavia, uma preocupação cada vez mais assumida na produção acadêmica recente, tendo inclusive resultado em importantes dissertações de mestrado. (Cf: DIAS, 1999; COSTA, 1999)

Nas primeiras décadas da Província, o discurso dos presidentes é uníssono no sentido de apontar a carência endêmica de trabalhadores especializados no Amazonas. Recorrendo à corriqueira prática colonial, tanto os moradores brancos quanto às autoridades provinciais fizeram largo uso da mão-de-obra indígena regional. Todo o trabalho nas roças, sítios particulares na periferia da cidade (Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo), além do próprio trabalho doméstico, era realizado por índios trazidos da vizinhança. Para a execução de atividades mais complexas que exigiam conhecimentos técnicos específicos, o Governo Provincial, à contratação de profissionais da Corte ou mesmo da Europa.

Após 1857, a Província tentou estimular a formação profissional de meninos índios através da criação do Educandário dos Artífices que possuía oficinas para a formação profissional de sapateiros, alfaiates, marceneiros, etc. Por trás de uma capa de benemerência,

o Educandário funcionou como instituição disciplinadora e repressiva e, na prática, voltada para o fornecimento de mão de obra barata para os serviços urbanos.

Uma mudança expressiva só ocorreria com o início à expansão da economia gumífera, quando então Manaus transformou-se num ponto comercial. Tão logo a cidade vai assumindo essa nova configuração, o universo do trabalho urbano se expande, em boa medida pela incorporação de migrantes nacionais e da contratação de trabalhadores especializados, em geral, estrangeiros. É nesse momento que diversas categorias profissionais vão se consolidando e, graças à importância estratégica assumida por algumas delas, tem início o lento e conturbado processo associativo.

Com os cofres públicos abarrotados pela crescente arrecadação fiscal, o Governo Provincial tornou-se, de imediato, um dos principais empregadores, contratando profissionais para o serviço burocrático e um corpo técnico para áreas especializadas, como saúde, educação, saneamento, etc. Em poucos anos, o funcionalismo público preenchia seus cargos com a contratação de médicos e enfermeiras, juízes, professores, engenheiros, etc.

Fora do serviço público, as firmas comerciais também assimilaram uns significativos contingentes de trabalhadores, empregando principalmente, balconistas, caixeiros, secretários e guarda-livros. Ao iniciar o século XX, os empregados do comércio já somavam mais de três mil trabalhadores, numa cidade que se aproximava da casa dos 15.000 habitantes.

Profissões avulsas também se desenvolveram e, entre elas, algumas chegaram a ter grande importância no período, como foi o caso dos trabalhadores portuários. Neste particular, estivadores, carroceiros e catraieiros tiveram um papel destacado. Havia também os empregados das empresas estrangeiras, concessionárias dos serviços públicos de água, luz, saneamento e transporte.

Uma das características do trabalho urbano na Manaus da borracha foi a forte concentração de trabalhadores no setor terciário (comércio e serviços). O trabalho fabril pouco se desenvolveu, alocando um número mais restrito de trabalhadores em empresas de beneficiamento de produtos regionais como a castanha, nas fábricas de gelo e cerveja ou ainda nas oficinas gráficas locais.

Outra característica do trabalho urbano em Manaus, é que ele foi majoritariamente masculino, uma vez que a presença feminina apenas começava a ganhar visibilidade no espaço público. a verdade, as mulheres continuavam a exercer funções tradicionais, inseridas no âmbito do privado, como as funções domésticas: cozinheiras, passadeiras, lavadeiras, etc.

No final do século XIX, o trabalho feminino avança principalmente em direção ao magistério infantil, dedicado ao ensino das “primeiras letras”. Enquanto no ensino primário a

participação da mulher era vista como honrada e digna, outros tipos de emprego, principalmente aqueles realizados fora casa como o de secretária ou datilógrafa, ainda uma novidade dos “tempos modernos”, eram vistos com muita desconfiança. As mulheres também trabalharam nas confecções de roupas e nas fábricas de beneficiamento de castanhas. Embora tivessem a mesma jornada de trabalho masculina, eram remunerados abaixo destes e seus ganhos eram considerados complemento da renda familiar.

O trabalho infantil também esteve presente na Manaus da borracha e chegou a ser na iconografia da época, mais freqüente que o trabalho feminino. Em todo o período da borracha, não houve uma rua de Manaus que não tenha presenciado o trançar contínuo de pequenos entregadores de encomendas e recados, dos jornaleiros e de ambulantes, oferecendo seus produtos cuja fabricação artesanal era feita, em geral, pela mãe e/ou irmãs.

O trabalho infantil também foi utilizado como alternativa estratégica para a manutenção da acumulação de capitais. Mesmo nas tarefas ligadas à estiva, (trabalho que exigia força e robustez), as firmas locais e a poderosa Manáos Harbour, firma que arrendou o porto de Manaus, utilizava-se da contratação da mão-de-obra infantil. Assim como no trabalho feminino, a baixa remuneração foi também regra, sendo quase sempre pago à razão da metade ou até mesmo a terça parte do salário pago aos homens.

Não sendo uma exclusividade do contexto manauara, todas essas dimensões do viver urbano refletem a diversidade de experiências sociais e de estratégias de sobrevivência popular em contextos bastante adversos. Existe já uma tradição de estudos de boa qualidade no Brasil, como as obras de Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), Maria Inês Machado Borges Pinto (1994), Maria Izilda Santos Mattos (2002) e Sandra Jatahy Pesavento.

Essa rápida inflexão em direção ao mundo do trabalho em Manaus, parte do pressuposto de que o processo de urbanização, se entendido apenas como a dinâmica da construção do que hoje é entendido como o patrimônio arquitetônico é extremamente restritivo e remete para uma narrativa de história urbana desencarnada e muito mais afeita a arquitetos que a historiadores. É assim a memória historiográfica construída sobre Manaus.

Nestas narrativas é muito comum que o elemento humano, exatamente aquele que dá sentido a experiência urbana, desapareça por completo da cena. Quando muito, os cidadãos apenas emergem como números em cálculos populacionais. É preciso articular o fato arquitetônico com as experiências sociais das populações urbanas, experiências que sempre são múltiplas e de difícil decifração. Também não adianta traçar perfis muito genéricos de tipos urbanos, como o do barão da borracha ou da prostituta polaca, uma vez que, tomados dessa forma, eles não passam de estereótipos, mantendo pouca ligação com o mundo em que

se fundamentam tais representações. É preciso dizer das vivências diferenciadas, dos conflitos de interesses, que são também conflitos de valores. As populações urbanas não são passivas; elas são capazes de intervir na cidade, transformando-a em seu proveito.

Queremos enfatizar o fato de que tanto quanto as transformações materiais, os conflitos de valores culturais precisam ser igualmente analisados, pois eles são parte integrante do processo de dominação e constituição da cidade. Trata-se, portanto, de humanizar uma história feita de pedra e cal que fala tão pouco dos homens e de suas experiências.

A ação diferenciada que os habitantes da cidade exercem quotidianamente sobre ela, impossibilita que se possa falar de uma maneira uniformizadora da cidade enquanto síntese que pretenda harmonizar as múltiplas tradições que se mesclam ou se confrontam no seu fazer-se. Portanto, as visões possíveis da cidade vai materializar-se nas experiências concretas de segmentos diferenciados que se relacionam sempre de forma tensa, o que resulta em percepções também diferenciadas a seu respeito. Afinal, “o habitante não é neutro; ele próprio constrói esta imagem [da cidade] com a ajuda da sua experiência e da sua memória”. (RONCAYOLO, 1986: 478)

A Manaus da virada do século não foge a esta regra, muito embora tenha existido uma forte tendência na sua historiografia em apreendê-la a partir de práticas modernizadoras, pretensamente postas a serviço tanto da sua elite quanto dos segmentos populares. O mito da cidade onde seringalistas e trabalhadores andavam com os bolsos cheios de dinheiro e acendiam charutos em notas de mil-réis já há muito perdeu seu poder de sedução.

A modernidade em Manaus fazia-se por sobre os escombros do que era percebido como antigo, arcaico ou atrasado, em geral identificados nos hábitos e nas tradições populares de uma cidade que insistia em ainda mostrar seu lado primitivo de antiga tapera.

Ao contrário do que sugere toda a tradição historiográfica apologética, os limites da *Bellè Époque* manauara sempre estiveram presentes para os seus contemporâneos. Em 1911, um periódico editado por alunos do Ginásio Amazonense, ilustra com perfeição que esta apregoada modernização trazia consigo o seu avesso dizia: “A nossa Manaus está experimentando os seus efeitos de civilização. Em Manaus já se faz greve: elas começam com greves de braços cruzados e metamorfoseiam-se em verdadeiras revoltas” (*A Tribuna*, 1911).

Mesmo nos aspectos mais realçados das transformações que ocorreram em Manaus nesse período, como o fato arquitetônico, a tensão se fez presente. Nesse sentido, um renomado médico-sanitarista da região, pôde, na contramão dos ideólogos da modernidade, retratar uma cidade pauperizada, onde a miséria podia ser visualizada em todos os espaços:

Manaus aumenta espantosamente. Em 1903 havia no perímetro urbano e suburbano 5.500 casas, relacionadas para o imposto predial, não se incluindo muitas barracas cobertas de palhas e fachadas ou com palha ou com taboas de caixas de kerozene, de batatas, ou com folhas de latas cortadas: barracas onde residem pobres com numerosa família. (CAMPOS, 1988: 100)

A pressão contra os casebres – emblemas de um passado provinciano e arcaico – começou a ganhar corpo, jurídico inclusive, nos anos iniciais da década de 1890, tornando bastante tensa e problemática a presença de populares nas áreas cuja ação modernizante era maior, incluindo-se aí boa parte da orla do rio, onde estava ocorrendo a construção do novo porto, uma vez que, para sua edificação foi necessário recorrer a inúmeras desapropriações.

Mesmo contra essa pressão as parcelas pobres da cidade, ampliadas em número significativo, encontraram mecanismos de resistência e adequação à nova realidade imposta. A continuidade de habitações populares e a proliferação de cortiços, albergues, pensões e “estâncias” revelavam a continuidade incômoda dos próprios elementos populares em espaços que uma nova estética urbana não conseguia excluir. (CHALHOUB, 1996).

Se for fato que práticas de exclusão ocorreram, é certo também afirmar que ela engendrou tensões e articulou interesses adversos e que estes produziram impactos e limites ao projeto modernizador. É provável que as medidas de caráter preventivo tenham surtido mais efeito contra o avanço da população pobre sobre os espaços reservados à elite, do que aquelas de caráter corretivo (demover o já estabelecido). Um exemplo de postura inibidora é o Art. 18 do Código de Posturas do Município de 1980 que proibia a construção de casas cobertas com palha no interior do perímetro urbano “*sob pena de demolir-se a cobertura por conta de quem a fizer e ficará ele sujeito a multa de trinta mil réis ou seis dias de prisão*”.

Dessa forma, o processo que deu a Manaus um aspecto cosmopolita e moderno, foi também o mesmo que reforçou em seu interior práticas de exclusão sobre uma imensa parcela da população, fazendo-a sentir fortemente o peso da opressão, da miséria e da fome.

A área portuária foi um típico exemplo desse processo, posto que, no mesmo momento em que as edificações e tecnologias foram sendo incorporadas – atribuindo a cidade sua feição “moderna” –, todo um modo de vida e trabalho pautado nas experiências complexas e conflituosas dos sujeitos sociais ali inseridos iam dando vazão a estigmas depreciativos: “área degenerada”, “*zona estragada*”, etc.. Esses termos eram utilizados tanto nos grandes jornais

diários quanto na pequena imprensa, para designar os locais da cidade onde as práticas do meretrício eram mais frequentes.

Dado que a Manaus da borracha estruturou-se basicamente ancorada em forte processo migratório, será importante perceber as questões suscitadas pelo enquadramento étnico, principalmente quanto à percepção das estratégias de manutenção de seus traços identitários. Neste particular, cabe informar que Manaus presenciou uma gama significativa de jornais destinados a cearenses, árabes, peruanos, ingleses, portugueses, espanhóis e italianos.

Temos clareza da necessidade de recusar uma escrita da história que de nova traga apenas uma simples troca dos sinais (história das elites pela história do ‘povo’; história do vencedor pela história do vencido). Mais ainda, não nos parece suficiente contentarmo-nos em simplesmente apontar a existência de novos sujeitos sociais na cena histórica sem inquirir acerca de suas experiências próprias. Temos de compreender como essa existência dos populares, dos trabalhadores e pobres urbanos, materializou-se no interior de uma sociedade que não lhes atribuía direitos ou favores, nem lhes assegurava condições mínimas de cidadania.

Referências bibliográficas:

- BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- CAMPOS, H. L. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. 2^a ed. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- COSTA, Francisca Deusa. Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana – Manaus, 1900 – 1915. In: FENELON, Déa (Org). *Cidades*. São Paulo: Olho d’água, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DIAS, Edinéa Mascarenha. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1910*. Manaus: Valer, 1999.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- HUNT, Linn (Org). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MATOS, Maria Izilda e SOLLER, Maria Angélica (Orgs). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru-SP: Edusc, 2002.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e Conflito no Porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: Edua, 1999.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1920*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 2001.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência*. São Paulo: Edusp, 1994.

REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. 2^a ed. Manaus: Edua, 1997.